



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 10166.900226/2008-39
Recurso nº Voluntário
Acórdão nº 1101-001.031 – 1ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 05 de dezembro de 2013
Matéria DCOMP - Saldo Negativo - IRPJ
Recorrente VIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Ano-calendário: 2004

IMPUGNAÇÃO INTEMPESTIVA.

AUSÊNCIA DE ARGÜIÇÃO PRELIMINAR DE TEMPESTIVIDADE. INEXISTÊNCIA DE LITÍGIO. Não cabe recurso voluntário contra despacho de Presidente de Turma de Julgamento de DRJ que declara inexistir litígio a ser apreciado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por maioria de votos, em NÃO CONHECER da petição apresentada pelo sujeito passivo, divergindo o Conselheiro Benedicto Celso Benício Júnior e o Presidente Marcos Aurélio Pereira Valadão nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado. Declarou-se impedido o Conselheiro José Ricardo da Silva.

(documento assinado digitalmente)

MARCOS AURÉLIO PEREIRA VALADÃO - Presidente.

(documento assinado digitalmente)

EDELI PEREIRA BESSA - Relatora

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Marcos Aurélio Pereira Valadão (presidente da turma), Edeli Pereira Bessa, Benedicto Celso Benício Júnior, Mônica Sionara Schpallir Calijuri e Manoel Mota Fonseca.

Relatório

VIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A, já qualificada nos autos, recorre de despacho da 2^a Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento de Brasília/DF, que determinou o retorno dos autos ao órgão de origem porque, *tendo a manifestação de inconformidade sido apresentada após decorrido o prazo legal, a matéria não comporta julgamento de primeira instância* por aquela DRJ.

Por meio de correspondência postada em 31/03/2008, a contribuinte foi cientificada em 05/04/2008 (fl. 24) de despacho decisório identificado pelo número de rastreamento 754340868 e emitido em 20/03/2008, por meio do qual restaram não homologadas as Declarações de Compensação – DCOMP apresentadas e/ou retificadas de 18/09/2006 a 21/11/2006, para utilização de saldo negativo de IRPJ apurado no ano-calendário 2004, no valor de R\$ 1.301.774,74.

A manifestação de inconformidade foi elaborada em 19/05/2008 e apresentada em 21/05/2008, sem mencionar a data em que a interessada teria tomado ciência do referido despacho decisório. A contribuinte apresentou seus esclarecimentos acerca das incompatibilidades constatadas no confronto do crédito informado na DCOMP e a apuração antes expressa em sua DIPJ, e requereu a homologação das compensações (fls. 02/04).

Inicialmente a DRJ/Brasília devolveu os autos à unidade de origem para regularização de instrução processual, em conformidade com normas internas da Receita Federal, bem como para verificação da representação processual e pronunciamento quanto à tempestividade (fl. 21).

A autoridade administrativa local juntou aos autos documento de representação do sujeito passivo e o comprovante de entrega da correspondência contendo o despacho decisório em referência (fls. 22/24), e constatando a intempestividade da manifestação de inconformidade encaminhou os autos para a Equipe de Execução, vez que não instaurada a fase litigiosa do procedimento, não comportando os autos julgamento de 1^a instância, em consonância com o Ato Declaratório Normativo COSIT nº 15/96 (fls. 25/26).

Às fl. 28 foi juntado um segundo despacho decisório, sob número de rastreamento 848524105, referente à não homologação da DCOMP nº 38844.81529.110507.1.3.04-5060, a qual veiculou crédito decorrente de pagamento indevido ou a maior de estimativa de IRPJ no mês de julho/2004. Por meio da petição de fl. 27, apresentada em 27/10/2009 e acompanhada dos documentos de fls. 30/32, a interessada aduziu que o *assunto já é objeto do processo nº 10166.900226/2008-39*. Segundo documento de fl. 29, referido despacho decisório foi cientificado à contribuinte em 20/10/2009.

Em 14/07/2011 o Presidente da 2^a Turma de Julgamento de Brasília/DF editou o despacho de fl. 34, asseverando que a manifestação de inconformidade apresentada em 21/05/2008 era intempestiva, e assim não comportaria julgamento de 1^a instância.

Cientificada do referido despacho em 13/10/2011 (fls. 35/36), e cobrada dos correspondentes débitos indicados nos DARF de fls. 37/58, a contribuinte interpôs peça que denominou “recurso voluntário” em 11/11/2011 (fls. 65/78).

Inicialmente assevera que após o regular processamento do feito, a Recorrente foi cientificada da decisão lavrada pela 1^a instância administrativa, proferida pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento de Brasília/DF, que julgou não homologada a compensação efetuada no PER/DCOMP anteriormente citado.

Na seqüência, pede a nulidade do processo a partir da decisão de primeira instância, na medida em que, quando da expedição da intimação de fls. 23, a qual ocorreu em 05/04/2008, a Receita Federal do Brasil estava pública e notoriamente em greve, ou seja, o expediente em tal órgão estava aclaradamente paralisado (anormal).

Invoca o disposto no parágrafo único do art. 5º do Decreto nº 70.235/72, corroborado pelo parágrafo único do art. 210 do CTN, afirma que a Receita Federal permaneceu em greve de 18/03/2008 a 12/05/2008, e que por esta razão o prazo para apresentação da manifestação de inconformidade somente expiraria em 11/06/2008.

Discorre sobre a contagem de prazo prevista nos dispositivos legais referidos, e argumenta que havendo dúvida sobre a perda de prazo, o julgador deve entender que o prazo não se perdeu, isto é, a solução deve ser a favor de quem sofrerá o castigo da perda duvidosa mediante presunção de que o prazo não foi ultrapassado.

Reporta-se a julgados deste Conselho no sentido de que comprovado que entre a data da intimação da decisão de primeiro grau e a data da interposição de Recurso Voluntário houve greve dos funcionários da Receita Federal com a descontinuidade do regular funcionamento da repartição pública, deve o prazo ser considerado suspenso até a regularização do atendimento. Cita, também, a Súmula STF nº 310, de 13/12/1963.

Afirma que houve cerceamento ao seu direito de defesa e defende a aplicação do art. 59, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, mas destaca a possibilidade de aplicação do seu §3º, com conseqüente decisão a favor da contribuinte no mérito, na medida em que todos os documentos contábeis e fiscais que foram juntados aos autos comprovam indubitavelmente que a Recorrente tem direito à utilização do crédito, objeto desse processo administrativo fiscal ora em julgamento.

Renova as alegações veiculadas em manifestação de inconformidade acerca da regularidade do crédito informado em DIPJ, superior ao utilizado em DCOMP, e esclarece que a diferença entre os valores de crédito informado nas duas declarações foi utilizado em outras DCOMP apresentadas de 15/03/2005 a 11/05/2005.

Aborda o princípio da verdade material, e defende a necessidade de análise aprofundada das provas apresentadas com a manifestação de inconformidade, impondo-se a reforma da decisão de 1^a instância não só na preliminar inicialmente argüida, como também na análise do mérito.

Junta à defesa documentos de representação, íntegra do processo administrativo, acórdãos deste Conselho e notícias públicas sobre início e fim de greve, estas especificamente juntadas às fls. 160/177.

Voto

Conselheira EDELI PEREIRA BESSA

O denominado “recurso voluntário” interposto nestes autos confronta despacho editado pelo Presidente da 2^a Turma de Julgamento de Brasília/DF, asseverando que a manifestação de inconformidade apresentada em 21/05/2008 era intempestiva, e assim não comportaria julgamento de 1^a instância.

O procedimento adotado observa o disposto no Ato Declaratório Normativo COSIT nº 15/96:

Processo administrativo fiscal. Impugnação intempestiva não instaura a fase litigiosa do procedimento, não suspende a exigibilidade do crédito tributário nem é objeto de decisão.

O COORDENADOR-GERAL DO SISTEMA DE TRIBUTAÇÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art.151, inciso III do Código Tributário Nacional - Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966 e nos arts. 15 e 21 do Decreto n.º 70.235, de 06 de março de 1972, com a redação do art. 1.º da Lei n.º 8.748, de 9 de dezembro de 1993, DECLARA, em caráter normativo, às Superintendências Regionais da Receita Federal, às Delegacias da Receita Federal de Julgamento e aos demais interessados que, expirado o prazo para impugnação da exigência, deve ser declarada a revelia e iniciada cobrança amigável, sendo que eventual petição, apresentada fora do prazo, não caracteriza impugnação, não instaura a fase litigiosa do procedimento, não suspende a exigibilidade do crédito tributário nem comporta julgamento de primeira instância, salvo se caracterizada ou suscitada a tempestividade, como preliminar.

Referida disposição foi incorporada ao Decreto nº 7.574/2001:

Art. 56. A impugnação, formalizada por escrito, instruída com os documentos em que se fundamentar e apresentada em unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o domicílio tributário do sujeito passivo, bem como, remetida por via postal, no prazo de trinta dias, contados da data da ciência da intimação da exigência, instaura a fase litigiosa do procedimento (Decreto nº 70.235, de 1972, arts. 14 e 15).

§ 1º Apresentada a impugnação em unidade diversa, esta a remeterá à unidade indicada no caput.

§ 2º Eventual petição, apresentada fora do prazo, não caracteriza impugnação, não instaura a fase litigiosa do procedimento, não suspende a exigibilidade do crédito tributário nem comporta julgamento de primeira instância, salvo se caracterizada ou suscitada a tempestividade, como preliminar.

[...]

Consoante relatado, a preliminar de tempestividade somente teve lugar na petição dirigida a este Conselho. Embora científica do despacho decisório que não homologou suas compensações em 05/04/2008, a contribuinte somente elaborou manifestação de inconformidade em 19/05/2008 e a apresentou à Receita Federal em 21/05/2008, sem

qualquer abordagem acerca de sua tempestividade, e sem nem mesmo mencionar a data em que fora científica do ato de não-homologação.

Veja-se que não se trata de petição elaborada no prazo de impugnação e entregue posteriormente ao término este prazo em condições normais. A petição somente foi elaborada depois de transcorridos mais de 30 (trinta) dias da ciência do despacho decisório de não-homologação das compensações, e em tais condições a abordagem preliminar da tempestividade seria não só esperada, como imprescindível.

Frente a tal contexto, a autoridade julgadora de 1^a instância não apreciou a impugnação, e sequer produziu acórdão para deixar de conhecê-la, na medida em que inexistia litígio, sequer arguido em preliminar, a ser apreciado.

De fato, nos termos dos arts. 14 e 15, a impugnação instaura a fase litigiosa do procedimento, mas desde que *formalizada por escrito e instruída com os documentos em que se fundamentar*, sendo *apresentada ao órgão preparador no prazo de trinta dias, contados da data em que for feita a intimação da exigência*. Eventual discussão acerca do prazo para apresentação da defesa deve ter lugar neste documento originalmente apresentado à autoridade julgadora de 1^a instância, e nestes casos, mesmo sendo, em princípio, intempestiva, a impugnação instaurará o litígio em razão desta preliminar.

Não sendo este o caso, não houve decisão de 1^a instância e, por consequência, não há como se configurar a hipótese do art. 33 do Decreto nº 70.235/72, pois ali o cabimento do recurso voluntário está vinculado à existência de uma decisão de 1^a instância.

Em tais circunstâncias, a contribuinte deve dirigir seus argumentos contra a autoridade que concluiu pela inexistência de litígio a ser apreciado. Admitidas suas alegações, e produzida decisão de 1^a instância ao menos acerca da mencionada preliminar, este Colegiado passará a ter competência para se manifestar nestes autos.

Por tais razões, NÃO CONHEÇO da petição juntada a estes autos e denominada recurso voluntário.

Por oportuno registre-se que o despacho decisório juntado às fls. 28, assim como a manifestação de inconformidade contra ele apresentada (fls. 27/32), **devem ser apartados destes autos**, vez que a autoridade julgadora de 1^a instância sobre eles não se manifestou. A vinculação daquela não-homologação ao crédito veiculado nas DCOMP aqui originalmente tratadas não é justificativa para atribuir àquele ato administrativo as consequências processuais destes autos, norteadas por ato decisório e manifestação de inconformidade próprios.

(documento assinado digitalmente)

EDELI PEREIRA BESSA – Relatora

CÓPIA